

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65)							
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais). As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.							
Balanco Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota	2024	2023	Patrim. Social	Super./(Déf) Acum.	Total	
Circulante				3.704.698	(1.229.971)	2.474.727	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.008.115	3.650.123	Incorporação ao Patrimônio Social	(1.229.971)	-	-
Contas a receber	5	4.803.166	-	- Transferências	650.000	650.000	650.000
Estoques	6	530.687	565.420	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(1.879.344)	(1.879.344)
Outros créditos		79.522	44.591	Saldos em 31/12/2023	3.124.727	(1.879.344)	1.245.383
Despesas antecipadas		1.957	-	Incorporação ao Patrimônio Social	(1.879.344)	1.879.344	-
Depósitos judiciais	13	449.144	370.792	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	3.892.698	3.892.698
Contratos de gestão	3m	25.603.087	20.290.927	Saldos em 31/12/2024	1.245.383	3.892.698	5.138.081
Total do Ativo Circulante		34.475.678	24.921.853	Demonstrações do Valor Adicionado			
Não Circulante					2024	2023	
Depósitos judiciais	13	579.412	580.812	Receitas	42.243.513	40.738.299	
Contas a receber	5	2.291.299	2.291.299	Serviços prestados pacientes SUS	42.094.241	40.732.019	
Imobilizado - Próprio	7a	328.075	124.384	Outras receitas e despesas	149.272	6.388	
Imob. - Contrato de Gestão	7b	15.478.190	8.426.241	(-) Glosas	-	(108)	
Intangível - Contr. de Gestão	7c	54.090	51.534	Insumos adquiridos de terceiros	(25.583.723)	(30.437.540)	
Total do Ativo não Circulante		18.731.066	11.474.270	Serviços de terceiros	(18.907.709)	(21.109.695)	
Total do Ativo		53.206.744	36.396.123	Materiais e medicamentos, despesas gerais e admin.	(6.676.014)	(9.327.845)	
Passivo e Patrimônio Social				Valor adicionado bruto (1-2)	16.595.790	10.300.759	
Circulante				Retenções	(63.903)	(55.421)	
Fornecedores	8	2.113.931	2.088.843	Depreciação/amortização	(63.903)	(55.421)	
Obrigações trabalhistas	9	2.454.136	2.106.774	Valor adic. líquido produzido pela entidade (3-4)	16.595.887	10.245.338	
Obrigações sociais	10	340.704	311.231	Valor adicionado recebido em transferência	344.726	486.041	
Obrigações fiscais		138.291	264.812	Receitas financeiras	344.726	486.041	
Outras contas a pagar	11	79.175	55.493	Valor adicionado total a distribuir (5+6)	16.940.613	10.731.379	
Partes relacionadas	12	149.241	33.818	Distribuição do valor adicionado	16.940.613	10.731.379	
Contratos de gestão	3m	25.603.087	20.290.927	Pessoal e encargos	12.936.707	12.452.905	
Total do Passivo Circulante		30.878.565	25.151.898	Impostos, taxas e contribuições	28.877	6.524	
Não Circulante				Despesas financeiras	82.331	151.294	
Provisão para contingências	13	894.281	1.559.689	Superávit / (Déficit) do Exercício	3.892.698	(1.879.344)	
Subvenções para investimentos	14	16.295.817	8.439.153	Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras			
Total do Pass. não Circulante		17.190.098	9.998.842	1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anesthesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. b. Contrato de Gestão: O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 19 de junho de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			
Total do Passivo e Patrim. Social		53.206.744	36.396.123	Âmbito			
Demonstrações de Resultados				Legislação			
Receitas Operacionais				Publicação			
Serv. prestados pacientes SUS	42.094.241	40.732.019		Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970		
Serv. prest. conv. e particulares	-	-		Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969		
(-) Glosas	-	(108)		Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967		
Receita Líquida	42.094.241	40.731.911		Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 / 2021. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 18 de Fevereiro de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes: Taxa Anual de Depreciação - %: Aparelhos Med. e Cir.- 10%; Instrumentos de Cirurgia- 10%; Máquina e Equipamentos - 10%; Móveis e Utensílios - 10%; Móveis e Utensílios Hosp. - 10%; Eq. Informática - 20%. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. Taxa Anual de Amortização - %: Software - 20%. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e			
Receitas Operacionais				continua...			
Sup./(Déf.) antes de out. Des. e Rec.	3.743.426	(1.885.732)					
Outras Despesas e Receitas							
Doações e subvenções	26.397	-					
Outras receitas e despesas	122.875	6.388					
Superávit/(Déficit) do Exercício	3.892.698	(1.879.344)					
Demonstrações dos Fluxos de Caixas							
Atividades Operacionais							
Superávit/(Déficit) do Exercício	3.892.698	(1.879.344)					
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa							
Depreciação/Amortização	2.738.125	55.421					
Provisão para Contingências	(665.408)	1.384.491					
Transferências	-	650.000					
Superávit/(Déficit) do Exerc. Aju. (Aumento)/Redução do Ativo	5.965.415	210.568					
Contas a Receber	(4.803.166)	2.749.262					
Estoques	34.733	69.717					
Outros Créditos	(34.931)	73.561					
Despesas Antecipadas	(1.957)	3.517					
Depósitos Judiciais	(76.952)	(45.908)					
Aumento/(Redução) do Passivo							
Fornecedores	25.088	(225.238)					
Obrigações Trabalhistas	347.362	166.706					
Obrigações Sociais	29.473	1.021					
Obrigações Fiscais	(126.521)	(42.624)					
Outras Contas a Pagar	23.682	52.677					
Subvenções para Investimentos	7.856.664	-					
Fluxo de Caixa Ger./Con. p/Ativ. Ope.	9.238.890	3.013.259					
Atividades de Investimento							
Aquis. de Ativo Imobiliz. e Intangível	(10.024.306)	(4.998.993)					
Baixa de Ativo Imobiliz. e Intangível	27.985	-					
Fluxo de Caixa Con. p/Ativ. de Inv.	(9.996.321)	(4.998.993)					
Atividades de Financiamento							
Partes Relacionadas	115.423	(723.272)					
Fluxo de Caixa Ge./(Con.) p/Ativ. de Fin.	115.423	(723.272)					
Aum. (Red.) Lq. de Caixa e Eq. de Caixa	(642.008)	(2.709.006)					
No início do exercício	3.650.123	6.359.129					
No fim do exercício	3.008.115	3.650.123					
Caixa e Equ. de Caixa no Fim do Per.	(642.008)	(2.709.006)					
Demonstrações dos Resultados Abrangente							
Superávit / (Déficit) do Exercício	3.892.698	(1.879.344)					
Outros resultados abrangentes							
Total Resultado Abrangente	3.892.698	(1.879.344)					